



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.656.279-0
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/12

A Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, com sede e foro na Capital do Estado do Paraná, sita à Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº, Centro Cívico, no Município de Curitiba, Paraná, torna público que promoverá nas condições enunciadas neste Edital, a licitação na modalidade Concorrência Pública tipo “Menor Preço”, licitação e contratação em regime de empreitada por preço global por lote.

CAPÍTULO I

1. OBJETO

O objeto desta licitação é a elaboração de Projeto Estrutural de Implantação para diversos Estabelecimentos Penais, os quais integrarão os projetos necessários para a construção de 03 (três) Novas Unidades e para a ampliação de 08 (oito) Unidades já existentes no Estado do Paraná, conforme relação constante no ANEXO 01, situadas à Cadeia Pública de Campo Mourão; Cadeia Pública de Foz do Iguaçu; Casa de Custódia de Londrina; Penitenciária Industrial de Cascavel; Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu; Penitenciária Estadual de Maringá; Penitenciária Estadual de Piraquara; Penitenciária Estadual de Piraquara II; Penitenciária Estadual de Ponta Grossa; Penitenciária Feminina do Paraná.

[Penitenciária Feminina do Paraná - PFP](#)

Avenida das Palmeiras s/n- Piraquara / PR
Fone: (41) 3589-8451 - Fax: (41) 3589-8444 e 3589-8466
CEP: 83301-970 - Caixa Postal 76 - E-mail: pfp@depen.pr.gov.br
Diretora: Rita de Cássia Rodrigues Costa
Vice-Diretor: Daniela Fidalgo de Barros

[Penitenciária Estadual de Piraquara - PEP I](#)

Avenida das Palmeiras, s/n - Piraquara / PR
Fone: (41) 3589-8500 - Fax: (41) 3525-8611
CEP: 83301-970 - E-mail: pep@depen.pr.gov.br
Diretor: Lucio Olider Micheline
Vice-Diretor: Wilian Aparecido Vieira

[Penitenciária Estadual de Piraquara II - PEP II](#)

Rua Ezídio Alves Ribeiro, s/n - Piraquara / PR
Fone: (41) 3305-7900
CEP: 83301-970 - E-mail: pep2.depen@depen.pr.gov.br
Diretor: Marcos Marcelo Muller
Vice-Diretor: Sergio Padilha

[Casa de Custódia de Londrina - CCL](#)

Rodovia João Alves Rocha Loures, 6000 - Londrina / PR
Fone: (43) 3374-4500 - Fax: (43) 3374-4500
CEP: 86041-000 - E-mail: ccl@depen.pr.gov.br
Diretor: José Roberto Santos
Vice-Diretor: Tadeu José Migoto

[Penitenciária Estadual de Maringá - PEM](#)

Estrada Velha para Paçandu - Gleba Ribeirão Colombo - Maringá / PR
Fone: (44) 3293-9200 - Fax: (44) 3293-9201/3293-9235
CEP: 87065-130 - E-mail: pem@depen.pr.gov.br
Diretor: Vaine Gomes
Vice-Diretor: Arnobe Lemes dos Reis



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.656.279-0
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/12

Penitenciária Industrial de Cascavel - PIC

Rodovia BR-277 - KM 579 - Área Industrial - Cascavel / PR
Fone: (45) 3902-4300 - Fax: (45) 3219-4313
CEP: 85818-560 - Caixa Postal 10 - E-mail: pic@depen.pr.gov.br
Diretor: André Luis Romera
Vice-Diretor: Edson Pereira de Souza

Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu - PEF I

Av. Mercúrio, 850 - Pq. Três Fronteiras - Foz do Iguaçu / PR
Fone: (45)3520-1400 - Fax: (45) 2102-8100
CEP: 85859-675 - E-mail: pef@depen.pr.gov.br
Diretor: João Victor Toshiaki Ferreira Fujimoto
Vice-Diretor: Rubens Cabrera dos Santo

Penitenciária Estadual de Ponta Grossa - PEPG

Rua Batuíra, s/n - Colônia Dona Luiza - Ponta Grossa / PR
Fone : (42) 3219-7400 - Fax (42) 3219-7418
CEP: 84043-190 - E-mail: pepg@depen.pr.gov.br
Diretor: Luiz Francisco da Silveira
Vice-Diretor: Bruno José Propst

Cadeia Pública de Campo Mourão

Lote 151-A, Gleba n° 1, Colonia Campo Mourão, CEP: 87.302-970

Cadeia Pública de Foz do Iguaçu

Avenida Mercurio s/n, Chácara n° 94, Parque Três Fronteiras, CEP: 85.859-970

Cadeia Pública de Londrina

Lote 126-B, Gleba Ribeirão Cambé, CEP 86026-900

1.1 Os projetos deverão atender o seguinte:

Os arquivos de desenhos deverão ser apresentados em DWG (AUTOCAD 2000 ou compatível), PLT e PDF, Memoriais em WORD ou compatível, planilhas em EXCEL ou compatível, através de CD.

Dverão ser fornecidas 03 (três) cópias em papel sulfite e três mídias eletrônicas dos projetos e memoriais (no formato de folha A4), assinados, juntamente com suas respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica.

Deverão atender ao Manual de Apresentação de Projetos da SEIL, conforme ANEXO.

O contratado deverá fornecer um jogo de cópias em papel sulfite e em mídia eletrônica para a consulta e análise prévia à fiscalização da SEJU.

1.2 Serviços a serem contratados:

Projeto Estrutural de Implantação contendo:

- a indicação do Projeto de Fundação de cada um dos Módulos Padrão e respectiva junção com as Circulações Cobertas, bem como comprimento de estacas (quando houver);
- projeto estrutural e de fundação dos seguintes itens específicos da obra: muros previstos (convencionais e de arrimo, quando houver), depósito de lixo, cabina de transformação e reservatório elevado;



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.656.279-0
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/12

CADERNODEENCARGOS

Deve conter os critérios adotados para elaboração dos projetos supracitados, assim como a forma adequada de execução dos serviços.

1.3 Observações importantes:

Variações nas áreas são próprias do desenvolvimento de Projetos Estruturais de Implantação, por essa razão as variações não serão consideradas.

A empresa proponente deverá obter eventuais informações técnicas complementares para desenvolvimento dos serviços junto à SEJU/DEPEN, pelo telefone (41) 3221-7245.

1.4 Elementos técnicos:

1.4.1 Composição e Qualificação da Equipe Técnica:

A equipe técnica que realizará os serviços deverá ser composta, no mínimo, pelos seguintes profissionais: 01 Engenheiro Civil com atribuição de responsável pela Elaboração de Projeto Estrutural de Implantação que tenha vínculo com a empresa contratada.

1.4.2 Avaliação da Experiência Profissional dos Membros da Equipe Técnica:

1.4.2.1 Número do registro junto ao CREA na respectiva entidade referente ao título, considerando a especificidade do objeto da Licitação e que será o responsável pela Coordenação e elaboração dos trabalhos técnicos objeto do Edital.

1.4.2.2 Cópia do registro do vínculo empregatício em Carteira de Trabalho ou Certidão do CREA ou Contrato Social ou Contrato de Prestação de Serviços com firma reconhecida ou Contrato de Trabalho, conforme as normas expedidas pelo Ministério do Trabalho, para a comprovação de que o profissional habilitado indicado será o responsável pela Coordenação e elaboração dos trabalhos técnicos do objeto licitado.

1.4.2.3 Certidão de Registro e Regularidade junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, válido e sem pendências.

1.4.2.4 Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA comprovando Atuação do Profissional em Projetos Estruturais de Implantações e/ou Projetos Estrutural de Reservatórios e/ou Projeto Estrutural de muro de arrimo ou contenções em ao menos 01 (uma) edificação Administrativa/Comercial e/ou Penal e/ou de Restrição de liberdade, com área de construção igual ou superior a 1.900,00 m² (um mil e novecentos metros quadrados), acervados, devendo o profissional pertencer ao quadro permanente da empresa.

- Quanto ao projeto:

Acervo Técnico Profissional (ATP) expedido pelo CREA no caso da área de Engenharia, comprovando atuação em Projetos Estruturais de Implantações e/ou Projetos Estruturais de Reservatórios e/ou Projeto Estrutural de muro de arrimo ou contenções em ao menos 01 (uma) edificação Administrativa/Comercial e/ou Penal e/ou de Restrição de liberdade. O acervo técnico deverá ser do profissional titular que prestará o serviço e não da empresa.

CAPÍTULO II



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO Nº 11.656.279-0
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/12

2. GENERALIDADES

2.1. SUPORTE LEGAL

Esta licitação será regida pelo presente Edital, todos seus anexos e documentos nele mencionados, Modelos, Elementos Gráficos e Especificações, pela Lei Estadual n.º15.608, de 16 de agosto de 2007, aplicando-se subsidiariamente a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Complementar Federal n.º 123/06 e suas alterações, de 14 de dezembro de 2006, pela Lei Federal n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, pelo Decreto Estadual n.º 4.889, de 31 de maio de 2005, pela Resolução do CONAMA n.º 307, de 5 de julho de 2002, estabelecidas pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SEIL, de acordo com a Lei Estadual n.º 16.841 de 28 de junho de 2011 e seu Regulamento, aprovado pelo Decreto Estadual n.º 2.706, de 21 de setembro de 2011, e pelas Condições Gerais de Contratos aprovadas pela Resolução n.º 032/2011, de 10 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 8572 de 19 de outubro de 2011.

2.2. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de execução é de 45 (quarenta e cinco dias) dias corridos, e a vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, ambos contados a partir da data de aceite da Ordem de Serviço.

2.3. PREÇO MÁXIMO ADMITIDO

O preço máximo admitido para os serviços é de **R\$ 121.794,21 (cento e vinte e um mil, setecentos e noventa e quatro reais e vinte e um centavos).**

2.4. RECURSOS FINANCEIROS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.4.1. Dotação Orçamentária 4903.14421034.183, Natureza da Despesa 44905101, Obras e instalações e Fonte 100.

2.4.2. Os pagamentos referentes aos serviços executados e certificados serão efetuados pela Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, em conformidade com a Condição Geral n.º 08 das Condições Gerais de Contrato, conforme a seguir:

a) 100 % do valor global contratual após ENTREGA E ACEITE DA SEJU;

2.4.3. As faturas correspondentes aos serviços a serem executados deverão ser emitidas pela empresa contratada em nome do órgão público titular do crédito (Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos).

2.5. LOCAL PARA AQUISIÇÃO DO EDITAL, SEUS ANEXOS E PROTOCOLO DAS PROPOSTAS

2.5.1. O endereço para se obter qualquer comunicação e/ou informação sobre esta Licitação é na sede da (Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos), na Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n.º, 2º andar, ala C, Centro Cívico, Curitiba, Paraná, na (Comissão Permanente de Licitação CPL/SEJU) cujo horário de atendimento é das 09:00 (nove horas) às 12:00 (doze horas) e das 13:30 (treze horas e trinta minutos) às 17:00 (dezessete horas), Fone/Fax (041) 3221-7203 – 3353-4121, e-mail: licitacaoseju@seju.pr.gov.br.



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO Nº 11.656.279-0
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/12

2.5.2. Para a retirada do Edital e dos elementos instrutores os interessados deverão entrar no site www.compraspr.pr.gov.br ou www.justica.pr.gov.br.

2.5.3. Os envelopes contendo as propostas e as documentações serão entregues no Palácio das Araucárias, na Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n.º, 4º andar, ala D, Centro Cívico, Curitiba, Paraná, na seguinte data e horário: Envelope n.º 01 – Proposta de Preços e Envelope n.º 02 – Documentos de Habilitação, até às **09:30 nove horas e trinta minutos do dia 27 de novembro de 2012**.

2.5.3.1 Para aferição do horário da entrega das propostas será utilizado o relógio do protocolo da (CPL/SEJU). As propostas entregues após o horário pré-estabelecido, serão devolvidos fechados às respectivas licitantes.

2.5.4. As datas mencionadas no presente Edital foram consideradas como dias úteis. Não o sendo, considerar a data útil imediatamente posterior.

2.5.5. Todos os avisos pertinentes à presente licitação serão publicados na imprensa oficial e na INTERNET no site www.pr.gov.br/compraspr.

2.5.6. O Edital pode ser impugnado, motivadamente, devendo-se obedecer as seguintes datas limite e procedimento:

2.5.6.1. Impugnação por qualquer cidadão até o 5º dia útil antes da data fixada para a abertura dos envelopes referentes à respectiva licitação.

2.5.6.2. Impugnação por qualquer empresa interessada em participar da presente licitação até o 2º dia útil antes da data fixada para a abertura dos envelopes referentes à respectiva licitação.

2.5.6.3. A impugnação deve ser protocolada no PROTOCOLO GERAL - PTG (CPL/SEJU) endereçada à (CPL), no endereço indicado no subitem 2.5.1 acima, ou ainda encaminhada via fax. Neste caso o documento original deverá ser apresentado em até 05 (cinco) dias úteis, após a transmissão, quando esta for efetuada no último dia do prazo legal.

2.6. DATA, HORA E LOCAL FIXADOS PARA A ABERTURA DAS FASES DE CLASSIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DOS LICITANTES

A sessão de abertura dos envelopes ocorrerá às **09:30 nove horas e trinta minutos do dia 27 de novembro de 2012**, na sala de licitações Palácio das Araucárias, na Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n.º, 4º andar, ala D, Centro Cívico, Curitiba, Paraná.

2.7. DOCUMENTOS INSTRUTORES DA LICITAÇÃO

Os documentos que instruem esta licitação são os seguintes:

1

- 2- Edital;
- 3- Anexos;
- 4- Elementos Técnicos Instrutores.

2.8 SIGLAS



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.656.279-0
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/12

Para esta licitação serão usadas as seguintes siglas:

ART	Anotação de Responsabilidade Técnica;
CAT	Certidão de Acervo Técnico;
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo;
CPL	Comissão Permanente de Licitação;
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho;
CND	Certidão Negativa de Débito;
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social;
CONFEA	Conselho Federal de Engenharia e Agronomia;
CRC	Conselho Regional de Contabilidade;
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;
CRF	Certificado de Regularidade do FGTS;
CSSL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;
DRT	Delegacia Regional do Trabalho;
FGV	Fundação Getúlio Vargas;
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
GFIP	Guia de FGTS e Informações à Previdência;
GRC	Guia de Recolhimento de Caução;
GRPS	Guia de Recolhimento da Previdência Social;
GFS	Grupo Financeiro Setorial;
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social;
IRB	Instituto de Resseguros do Brasil;
ISS	Imposto sobre Serviços;
OS	Ordem de Serviço;
PIS	Programa de Integração Social;
PTG	Protocolo Geral;
REFIS	Programa de Recuperação Fiscal;
RRT	Registro de Responsabilidade Técnica;
SEJU	Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos;
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados;

2.9. DEFINIÇÕES

Para esta licitação serão usadas as seguintes definições:

Licitante:	Empresa que se propõe a executar, por determinado preço e em conformidade com os termos e condições deste Edital, o objeto licitado.
Contratante:	(SEJU)Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.
Contratada:	Empresa à qual será adjudicado o objeto licitado.

2.10. MODELOS (ANEXOS)

- Modelo n.º 01 – Indicação do Representante;
- Modelo n.º 02 – Carta Proposta de Preços;
- Modelo n.º 03 – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- Modelo n.º 04 – Capacidade Operacional Financeira;
- Modelo n.º 05 – Declaração de Cumprimento das Exigências Constitucionais e Legais;

CAPÍTULO III

3. DA PARTICIPAÇÃO

Palácio das Araucárias - Rua Jacy Loureiro de Campos - 2º Andar – Centro Cívico – CEP.80.530-140 – Curitiba- PR, Fone: (41) 3221 –7203 - Fax: (41)3353-4121 – E-mail: licitacaoseju@seju.pr.gov.br



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.656.279-0
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/12

3.1. Respeitadas as condições normativas e as constantes deste Edital, poderá participar desta licitação qualquer empresa legalmente estabelecida no país e que atenda às exigências deste Edital.

3.2. As empresas deverão apresentar Garantia de Manutenção da Proposta de Preços no valor de (1% DO PREÇO MÁXIMO FIXADO EM CADA LOTE) nas formas previstas em lei, com validade mínima de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da protocolização dos envelopes.

3.2.1. Para a apresentação da Garantia de Manutenção da Proposta de Preços caberá à Licitante optar por uma das seguintes modalidades:

I - Em dinheiro;

II - Seguro Garantia;

III - Fiança Bancária

IV - Título da Dívida Pública, na forma do disposto no subitem 3.2.1.4 deste capítulo.

Qualquer que seja a modalidade de garantia de manutenção da proposta escolhida, o seu comprovante deverá ser levado ao Setor Financeiro - GFS, até às 18:00 (dezoito horas) do **dia 22 de novembro** de 2012, o qual emitirá recibo em nome da empresa. O recibo emitido pelo Setor Financeiro da GFS será o documento que comprovará a garantia de manutenção da proposta, e deverá fazer parte do Envelope n.º 01.

3.2.1.1. A Garantia prestada em dinheiro será depositada no Banco do Brasil, Agência 3793-1, Conta n° 9579-6

3.2.1.2. A Garantia prestada na modalidade de seguro garantia deverá vir acompanhada, obrigatoriamente, dos seguintes documentos:

a) Certidão de Regularidade Operacional junto à SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, em nome da Seguradora que emitir a apólice.

3.2.1.3. A garantia prestada em carta fiança emitida por cooperativa de crédito deverá vir acompanhada da autorização de funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil.

3.2.1.4. A Garantia prestada em títulos da dívida pública deverá vir acompanhada, obrigatoriamente, das seguintes comprovações:

a) Origem/aquisição mediante documento respectivo e lançamento contábil através de registro no balanço patrimonial da Licitante.

b) Documento, emitido por entidade ou organismo oficial, dotado de fé pública, demonstrando a correção atualizada monetariamente, do título, valor este que não poderá ser inferior ao valor contido no item 3.2 deste Capítulo.

b.1) Serão aceitos pela Comissão apenas e tão somente, títulos com vencimento passíveis de resgate incontestável sob nenhum aspecto, até a data correspondente ao prazo de validade da proposta de preços.



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.656.279-0
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/12

b.2) Presumem-se autênticos os títulos oferecidos pela Licitante. A SEJU se reserva o direito de averiguar a sua autenticidade. Em se constatando indícios de fraude, a SEJU apresentará notícia-crime às autoridades policiais e oferecerá representação ao Ministério Público.

3.2.2. A devolução da Garantia de Manutenção da Proposta de Preços da Licitante vencedora será efetuada após a assinatura do Contrato ou ao término da validade da mesma.

3.3. Não poderá participar da presente licitação:

- a) Empresa declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;
- b) Empresa que se encontre suspensa temporariamente de licitar e contratar com a SEJU;
- c) Empresa em processo de falência ou recuperação judicial;
- d) Empresa cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo, ou administrativo, ou sócios, sejam membros da Administração da SEJU;
- e) O autor do projeto, básico ou executivo, ou pessoa jurídica de que o mesmo participe de alguma forma;
- f) Empresas consorciadas, nesta condição.

CAPÍTULO IV

4. COMPOSIÇÃO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Os envelopes n.º 01 e n.º 02 com todos os seus anexos deverão ser apresentados da seguinte forma:

- 4.1. Preferencialmente em tamanho A4 da ABNT, letra arial n.º 12 e espaçamento simples entre linhas, contendo índice dos documentos e dados apresentados.
- 4.2. Sem emendas, falhas, rasuras ou borrões. As páginas deverão ser impressas de um só lado, preferencialmente numeradas de forma contínua e seqüencial e devidamente rubricadas.
- 4.3. As Licitantes deverão apresentar os dois envelopes, devidamente lacrados, contendo externamente as seguintes informações:

SEJU – Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos
CONCORRÊNCIA N.º

Objeto

Nome da licitante

Identificação do envelope, conforme especificado a seguir:

- 1a) ENVELOPE N.º 01 – PROPOSTA DE PREÇO
- 2b) ENVELOPE N.º 02 – HABILITAÇÃO

CAPÍTULO V



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO Nº 11.656.279-0
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/12

5. CONSULTAS

- 5.1. As consultas referentes a dúvidas de caráter técnico ou de interpretação deste Edital deverão ser formuladas por escrito e enviadas para o endereço da SEJU, aos cuidados da CPL, constante do subitem 2.5.1 do Capítulo II, até às 18:00 (dezoito horas) **do dia 23 de novembro de 2012.**
- 5.2. Os esclarecimentos serão comunicados formalmente a todas as Licitantes, por meio de correspondência encaminhada por fac-símile.
- 5.3. Os estudos e dados complementares existentes nos Arquivos Técnicos da SEJU estarão à disposição para consulta, devendo os interessados manterem contato com a CPL.
- 5.4. Não sendo formuladas consultas até o prazo indicado no subitem 5.1 deste Edital, pressupõe-se que os documentos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação da Proposta de Preços e Habilitação, não cabendo às Licitantes, portanto, direito a qualquer questionamento posterior.

CAPÍTULO VI

6. DOCUMENTOS E MODELOS QUE DEVERÃO COMPOR A PROPOSTA

ENVELOPE Nº 01

No envelope nº 01 deverá conter:

- a) Indicação do representante (conforme Modelo nº 01, anexo - OPCIONAL);
 - b) GRC da garantia de manutenção da proposta de preços (conforme item 3.2);
 - c) Proposta de preços, conforme Modelo nº 02, em anexo;
 - d) Para as empresas que optarem por participar na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte:
 - d.1) Declaração de que a licitante se enquadra na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte; (conforme Modelo nº 03, anexo)
 - d.2) Certidão simplificada da Junta Comercial, somente, com os benefícios da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, emitida em até no máximo 60 (sessenta) dias antes da data prevista para a abertura da Licitação.
- 6.1. Indicação do representante autorizado, com firma reconhecida, conforme Modelo n.º 01 (anexo).
- a) A firma pode ser reconhecida em cartório ou no momento da abertura pela Comissão de Licitações, com base em documentação em que há a assinatura do Representante legal ou de seu Procurador constituído, constante nos autos. Caso necessário, a Comissão poderá fazer diligência para verificar se a firma é do signatário.
- 6.1.1. O silêncio do licitante ou do representante indicado, na oportunidade própria, implica na decadência do direito de recorrer, de acordo com o disposto no artigo 96 da Lei Estadual nº 15.608/07.



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.656.279-0
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/12

6.1.2. A carta de nomeação do representante deve ser emitida em papel timbrado da empresa, assinada por quem tem poderes para o constituir, por meio de instrumento particular com firma reconhecida, na forma estabelecida no subitem 6.1, alínea “a”, ou ainda, por instrumento público.

6.1.3. Caso o representante na sessão de abertura seja sócio proprietário, o mesmo deverá inserir no envelope n.º 01 uma cópia do Contrato Social ou a Certidão Simplificada da Junta Comercial devidamente autenticados, acompanhado do R.G.

6.2. As Licitantes deverão apresentar no envelope nº 01 GRC da Garantia de Manutenção da Proposta de Preços conforme estabelecido no Capítulo III, item 3.2 e seguintes.

6.2.1. O não cumprimento da obrigação de apresentar o comprovante de recolhimento da Garantia de Manutenção de Proposta de Preços terá como consequência a devolução do Envelope n.º 02 - Habilitação sem que o mesmo seja aberto.

6.3. Carta Proposta de Preços conforme Modelo n.º 02 (anexo), com as seguintes informações:

- Preço total final proposto;
 - Prazo de validade da proposta não inferior a 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de abertura da licitação;
 - Assinatura do representante legal, com firma reconhecida (conforme subitem 6.1, alínea “a”), identificando-o (nome, número da identidade);
- 1- Nome da Licitante.

Obs. Caso haja divergência entre o valor da proposta numérico e o valor por extenso, prevalecerá este último.

6.4. Declaração de que a licitante se enquadra na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, não se incluindo nas situações de que trata o artigo 3º, parágrafo 4º da Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, conforme Modelo n.º 03.

A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios instituídos à microempresa e empresa de pequeno porte caracteriza o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo de enquadramento em outras figuras penais.

6.4.1. Empresas que não se enquadram na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte, ou ainda, que não desejem usufruir do tratamento diferenciado e favorecido que estabelece a Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, estão dispensadas de apresentar o documento descrito no item acima. A não comprovação no Envelope nº 01 da condição de microempresa e empresa de pequeno porte, implica na participação no pleito sem os benefícios da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações.

6.5 A apresentação do Envelope nº 01 - Proposta faz prova de que a proponente:

- a) visitou previamente o local dos serviços, tomando conhecimento de todas as suas particularidades, não podendo, assim, alegar desconhecimento de eventuais dificuldades (desnecessária a apresentação de comprovante de visita);
- b) tomou conhecimento de todas as informações, elementos técnicos instrutores e das condições locais para o cumprimento do objeto da licitação;
- c) aceitou os termos desta Concorrência;



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.656.279-0
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/12

- d) aderiu integralmente às Condições Gerais de Contratos.
- e) sendo vencedora da licitação assumirá integral responsabilidade pela perfeita e completa execução dos serviços a serem contratados.

ENVELOPE N° 02 - HABILITAÇÃO

O Envelope n.º 02 conterá a comprovação da habilitação da Licitante do ponto de vista jurídico, fiscal, econômico, financeiro, técnico e demais documentos.

- a) Habilitação Jurídica;
- b) Qualificação Técnica;
- c) Qualificação Econômico-Financeira;
- d) Habilitação Fiscal;
- e) Demais Documentos.

6.6. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 6.6.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor com sua última alteração ou, ainda a consolidação do contrato social, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.

6.7. COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 6.7.1. A documentação relativa à qualificação técnica, consistirá em:

Certificado de Registro e Regularidade da proponente junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo ou na respectiva entidade referente ao título, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede. As proponentes que forem sediadas em outra jurisdição e, conseqüentemente, inscritas no CREA e/ou no CAU de origem, deverão apresentar, obrigatoriamente, visto junto ao CREA/PR e/ou no CAU/PR, em conformidade com o que dispõe a Lei nº 5194/66 e a Lei nº 12.378/10 e de acordo com o regulamento do respectivo conselho de classe.

- 6.7.2. Comprovação de qualificação técnica, limitando-se a:

- 6.7.2.1. Indicação de profissional habilitado com titulação de Engenheiro Civil, contendo número do registro junto ao CREA e/ou CAU ou na respectiva entidade referente ao título, e que será o responsável técnico pela Coordenação e elaboração dos trabalhos técnicos constantes do objeto do Edital.

- 6.7.2.2. Cópia do registro do vínculo empregatício em Carteira de Trabalho ou Certidão do CREA ou Certidão do CAU ou Contrato Social ou Contrato de Prestação de Serviços com firma reconhecida ou Contrato de Trabalho registrado na DRT, para a comprovação de que o profissional habilitado indicado na Carta Proposta e que será o responsável pela Coordenação e elaboração dos



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.656.279-0
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/12

trabalhos técnicos do objeto licitado, observado o subitem 6.7.2.1, pertence ao quadro permanente da proponente (no caso de pessoa jurídica).

O profissional indicado deverá ser o mesmo indicado pela proponente na Proposta a ser apresentada, e na qualidade de responsável técnico pela Coordenação e elaboração do objeto licitado.

6.7.2.3. Indicação dos profissionais habilitados, com respectivas titulações e certidões de registro de pessoa física junto ao CREA e/ou ao CAU, ou na respectiva entidade referente ao título, devidamente autenticadas, e que integrarão a equipe e serão os responsáveis técnicos pela elaboração de cada projeto e o aceite dos mesmos em participar da elaboração de cada projeto, observado o seguinte:

6.7.2.3.1 A equipe técnica deve ser composta, no mínimo, pelos seguintes profissionais:

- 01 (um) Engenheiro Civil.

6.7.2.3.2 Avaliação da Experiência Profissional dos Membros da Equipe Técnica:

Os respectivos membros da equipe técnica de engenharia e/ou arquitetura devem apresentar Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedido pelo CREA e/ou pelo CAU no caso dos da área de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, ou na respectiva entidade referente ao título, comprovando atuação em projetos de obras e serviços similares ao objeto da Licitação em suas especialidades. O acervo técnico especificado em cada projeto deverá ser do profissional titular que prestará o serviço de elaboração de projeto e não da empresa.

6.7.2.3.2.1. Documentação a ser apresentada e referente ao Acervo Técnico:

- Quanto a elaboração, coordenação e/ou compatibilização de projetos:

Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA comprovando atuação do profissional em Projetos Estruturais de Implantações E/OU Projetos ESTRUTURAIS de Reservatórios e/ou Projeto estrutural de muro de arrimo ou contenções em ao menos 01 (uma) edificação Administrativa/Comercial e/ou Penal e/ou de Restrição de liberdade, com área de construção igual ou superior a 1.900,00 m² (um mil e novecentos metros quadrados), acervados, devendo o profissional pertencer ao quadro permanente da empresa.

Acervo Técnico Profissional (ATP), do profissional, expedido pelo CREA no caso da área de Engenharia, comprovando atuação em Projetos Estruturais de Implantações e/ou Projetos estruturais de Reservatórios e/ou Projeto estrutural de muro de arrimo ou contenções em ao menos 01 (uma) edificação Administrativa/Comercial e/ou Penal e/ou de Restrição de liberdade. O acervo técnico deverá ser



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.656.279-0
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/12

do profissional titular que prestará o serviço e não da empresa;

6.8. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

A documentação relativa à qualificação econômica e financeira consistirá em:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando-se como base a variação ocorrida no período, do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP - DI, publicada pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou outro indicador que o venha substituir.

Observação: serão considerados aceitos como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

- publicados em Diário Oficial; ou
- publicados em Jornal; ou
- por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da Sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento.

a.1) O Balanço Patrimonial da Sociedade Anônima ou por Ações deverá ser o publicado em Diário Oficial, sendo que as de capital aberto deverão, ainda, vir acompanhadas de Parecer de Auditor(es) Independente(s). O Balanço Patrimonial das demais empresas deverá ser o transcrito no "Livro Diário" contendo identificação completa da empresa, de seu titular, e de seu responsável técnico contábil, acompanhado de seus respectivos Termos de Abertura e Encerramento. Os Termos deverão estar registradas na Junta Comercial ou Cartório de Títulos e Documentos.

a.2) Em caso de empresa que ainda não possua balanço patrimonial e demonstrações contábeis já exigíveis, por ser recém constituída, apresentação de cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou cópia do Livro Diário contendo o Balanço de Abertura, inclusive com os termos de Abertura e de Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

- b) A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (ILC) e Grau de Endividamento (GE), bem como pela Disponibilidade Financeira Operacional, resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível à Longo Prazo}}$$

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$GE = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

$$D = 1,25 \times K_f \times PL - SC$$



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO Nº 11.656.279-0
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/12

Onde:

D = Disponibilidade Financeira Operacional
PL = Patrimônio Líquido

SC = Saldo Contratual conforme Modelo nº 06 em Anexo → $SC = \sum \text{Valor do compromisso} - \sum \text{Valor já faturado}$, isto é, a diferença entre a somatória dos compromissos e a somatória dos valores já faturados referentes aos compromissos.

K_f = Coeficiente Financeiro

$K_f = K_5 + K_6 + K_7$, conforme Quadro abaixo:

VP = Valor Patrimonial = $\frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Capital Social}}$

QUADRO - CAPACIDADE ECONÔMICO – FINANCEIRA

CAPACIDADE			ÍNDICE (1)	PESO (2)	PONTOS (1) x (2)	Kf					
I L CORRENTE - I L . C				30		K.5 =					
I L GERAL - I L . G				50		K.6 =					
VALOR PATRIMONIAL - V . P				20		K.7 =					
INTERVALO PONTOS I L . C		K.5	INTERVALO PONTOS I L . G		K.6	INTERVALO PONTOS V . P.		K.7			
15,0	A	29,9	1,2	25,0	A	49,9	2,0	10,0	A	19,9	0,8
30,0	A	35,9	1,5	50,0	A	59,9	2,5	20,0	A	23,9	1,0
36,0	A	38,9	1,8	60,0	A	64,9	3,0	24,0	A	25,9	1,2
39,0	A	50,9	2,1	65,0	A	84,9	3,5	26,0	A	33,9	1,4
SUP.	A	51,0	2,4	SU	A	85,0	4,0	SU	A	34,0	1,6

A Disponibilidade Financeira deverá ser maior ou igual ao valor da proposta da licitante, e deverá ser recalculada e entregue na assinatura do contrato. Para isso deverá ser entregue pela Empresa vencedora um novo Quadro, conforme Modelo nº 06 em anexo, e Memorial de Cálculo da Disponibilidade Financeira Operacional.

b.1. As fórmulas indicadas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.

b.2. A licitante deverá apresentar Índice de Liquidez Geral igual ou superior a 1,5 (um vírgula cinco), Liquidez Corrente igual ou superior a 1,5 (um vírgula cinco) e Grau de Endividamento igual ou inferior a 0,40 (zero, vírgula quarenta).

Na ocorrência de algum equívoco na elaboração destes cálculos, tendo a licitante fornecido dados que possibilitem a correção dos mesmos, não será motivo de inabilitação.

c) Declaração da relação dos compromissos assumidos pela licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação (conforme Modelo nº 04, anexo).



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO Nº 11.656.279-0
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/12

- d) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor Judicial da sede da licitante, com antecedência máxima de até 60 (sessenta) dias corridos, contados da data prevista para a abertura da licitação;
- e) Comprovação de possuir Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% DO PREÇO MÁXIMO FIXADO EM CADA LOTE mediante apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social – cópia extraída do Livro Diário e registrado na Junta Comercial ou publicação em Diário Oficial, ou Certidão de Cartório de Títulos ou Documentos. Uma vez que estes documentos já foram apresentados (item 6.8 “a”), não é necessária nova inclusão.

Para as empresas cadastradas no Programa REFIS deverá ser obedecido o artigo 14 da Lei Federal n.º 9.964 de 10/04/2000.

6.9. HABILITAÇÃO FISCAL

- 6.9.1. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRF) e apresentação da Certidão Negativa de Débito - CND do INSS.
- 6.9.2. Prova de regularidade de tributos para com a Fazenda Federal através da Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e da Certidão da Dívida Ativa da União.
- 6.9.3. Prova de Regularidade de Tributos Estaduais, da sede da matriz da Licitante, ou da filial quando for o caso e a natureza do tributo possibilitar.
- 6.9.4. Prova de Regularidade de Tributos Municipais, da sede da matriz da Licitante, ou da filial quando for o caso e a natureza do tributo possibilitar.

Obs.: As Certidões de Tributos sem prazo de validade deverão ter data de expedição de até 60 (sessenta) dias antes da data de abertura da presente Licitação.

- 6.9.5. Prova de inscrição ativa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- 6.9.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011.

OBS: As Certidões poderão ser emitidas através de sistema eletrônico, via Internet.

6.10. DEMAIS DOCUMENTOS - Envelope nº 02

- 6.10.1. Declaração de cumprimento de dispositivos legais conforme Modelo n.º 05 (anexo).
- 6.10.2. Declaração de que a Licitante se compromete a comprovar, quando da assinatura do contrato, os vínculos, empregatícios ou contratual, da equipe técnica, definida no subitem 6.6.1 deste capítulo, no caso de ser a vencedora da presente licitação.
- 6.10.3. Declaração de que não possui, em seu quadro funcional, menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (Lei Federal n.º 9.854 de 27/10/99). (Modelo n.º 05)
- 6.10.4. As empresas cadastradas no Cadastro de Licitantes do Estado - CLE poderão apresentar o Certificado de Cadastro em vigência, o qual substituirá os documentos



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.656.279-0
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/12

relacionados nos subitens 6.6 e 6.9. deste Capítulo, desde que os mesmos estejam dentro do prazo de validade na data da abertura da licitação.

- 6.10.5. Os documentos constantes no subitem 6.10.4 devem estar em vigência na data fixada para a abertura da licitação.
- 6.10.6. Os documentos solicitados acima, quando couber, devem estar devidamente assinados, quando necessário.
- 6.10.7. Os documentos exigidos neste edital deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia não autenticada, desde que seja exibido o original para autenticação pela Comissão no momento da abertura dos envelopes. Os documentos publicados em órgão de imprensa oficial e aqueles emitidos por meio de sistema eletrônico via Internet não necessitam de autenticação.

CAPÍTULO VII

7. ABERTURA, JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 7.1. Iniciada a sessão de abertura das propostas, não mais caberá desistência por parte da licitante que, conseqüentemente, também não poderá mais retirar os Envelopes n.º 01 e n.º 02, tendo em vista o disposto no artigo 85, parágrafo 4º da Lei Estadual n.º 15.608/07.
- 7.2. É eliminatório o não atendimento das condições de participação constantes do Capítulo III, e a falta de documentos completos relacionados no Capítulo VI (exceto os subitens 6.1 e 6.10.1, os quais poderão ser saneados durante a reunião de abertura da licitação) todos do presente Edital, e outros documentos solicitados nos Anexos do Edital.
- 7.3. Não serão aceitos protocolos em substituição de documentos.
- 7.4. Na data e horário estipulados neste Edital, serão abertos os Envelopes conforme os procedimentos abaixo. A documentação será rubricada obrigatoriamente pela Comissão de Licitação e, facultativamente, pelos representantes das empresas presentes.
- 7.4.1. Abertura dos Envelopes n.º 01 – Proposta de Preço;
- 7.4.1.1. A Licitante será desclassificada quando:
- 7.4.1.1.a. Apresentar prazo de validade da proposta inferior ao mínimo exigido pela SEJU, caso a impropriedade não seja saneada pelo representante na sessão de abertura.
- 7.4.1.1.b. Apresentar prazo de execução e vigência dos serviços superior ao admitido.
- 7.4.1.1.c. Apresentar preço superior ao admitido pela SEJU
- 7.4.1.1.d. Apresentar documento(s) com emendas, falhas, rasuras ou borrões
- 7.4.2. Devolução dos Envelopes n.º 02 – Documentação de Habilitação - aos participantes que não apresentarem a Garantia de Manutenção da Proposta de Preços ou que a mesma tenha sido rejeitada, ou que não tenham atendido ao contido no item 3.2 do Capítulo III deste Edital, desde que não tenham manifestado intenção de recursos, ou após sua denegação.



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO Nº 11.656.279-0
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/12

- 7.4.3. Abertura dos Envelopes n.º 02 – Documentação de Habilitação.
- 7.4.4 Encerrada a fase de classificação das propostas, serão abertos os envelopes com os documentos de habilitação dos concorrentes classificados nos três primeiros lugares e das propostas das microempresas e empresas de pequeno porte, com os benefícios da LC nº 123/06 e suas alterações, que sejam superiores a até 10% da melhor classificada;
- 7.4.5. Verificado o atendimento das exigências do Edital, a licitante melhor classificada será declarada vencedora. Caso haja participação de microempresa ou empresa de pequeno porte, serão abertos os envelopes destas, desde que as respectivas propostas estejam dentro do estabelecido no artigo 44, §1º, da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações.
- 7.4.6. Inabilitada a licitante melhor classificada, serão considerados os documentos habilitatórios das licitantes com as propostas classificadas seqüencialmente;
- 7.4.7. Ao encerramento de cada sessão será lavrada ata circunstanciada, com as observações formais das empresas presentes sobre as propostas apresentadas.
- 7.4.8. Serão consignadas apenas as observações formais, não sendo admitidos apartes.
- 7.4.9. Dos atos da Comissão de Licitação, decorrentes da aplicação deste Edital, cabe recurso, conforme o disposto no artigo 94 da Lei Estadual n.º 15.608/07.
- 7.4.9.a. A interposição de recurso Administrativo poderá ser efetuada via fax, desde que o documento original transmitido seja apresentado no prazo legal (5 dias úteis da intimação) ou em até 5 dias úteis após a transmissão, quando esta for efetuada no ultimo dia do prazo legal.
- 7.4.10. A comissão de licitação, a seu exclusivo critério, poderá, a qualquer momento, solicitar de qualquer licitante esclarecimentos sobre documentos de participação. Todavia, não será admitido às empresas concorrentes qualquer complementação ou substituição de documentos.
- 7.5. No caso de empate entre as duas propostas a classificação será feita por sorteio, observado o subitem 7.5."a".
- 7.5.a. No caso da participação de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser atendido o critério de desempate estabelecido "caput" do artigo 44 e parágrafo 1º e artigo 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações. Em caso de empate a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá apresentar a nova proposta no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após recebida a comunicação via fax, e-mail ou qualquer outro meio idôneo.
- 7.6. O resultado do julgamento da licitação será publicado na imprensa oficial, Paraná e na INTERNET através do site www.pr.gov.br/compraspr

CAPÍTULO VIII

8. PROCEDIMENTOS GERAIS PARA A LICITAÇÃO



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.656.279-0
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/12

- 8.1. A Comissão de Licitação tem autonomia para resolver todos os casos omissos, interpretar e dirimir dúvidas que porventura possam surgir, bem como aceitar ou não qualquer interpelação por parte das Licitantes.
- 8.2. A qualquer momento, a partir da abertura da licitação, poderá a Comissão de Licitação solicitar esclarecimentos, verificar documentos, assim como outras necessidades decorrentes do cumprimento do escopo do processo.
- 8.3. Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por funcionários da SEJU, inclusive membros da Comissão de Licitação, não serão considerados nem aceitos como argumentos para reclamações, impugnações ou reivindicações por parte das Licitantes.
- 8.4. Nos casos passíveis de saneamento de falhas o representante deverá manifestar interesse formal em saneá-las na própria sessão.
- 8.4.1. Falhas que poderão ser saneadas durante a sessão de abertura:
- validade da proposta;
 - falta de assinatura ou o reconhecimento da mesma (conforme consta no subitem 6.1, alínea “a”);
 - não apresentação dos documentos dos subitens 6.1 e 6.10.1 do presente Edital.
- 8.4.2. No caso do não saneamento das falhas previstas no subitem 8.4.1 acima, a licitante será considerada inabilitada ou desclassificada, conforme o caso.
- 8.4.3. Critérios de saneamento de falhas para microempresas e empresas de pequeno porte:
- 8.4.3.1. Atendendo ao disposto no artigo 43, parágrafo 2º da Lei Complementar 123/06 e suas alterações, no caso da microempresa ou empresa de pequeno porte apresentar para comprovação da regularidade fiscal documento com restrição, será assegurado, o prazo de 2 (dois) dias úteis para regularização, contados a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora.
- 8.4.3.2. Nos demais casos passíveis de saneamento de falhas serão considerados os prazos descritos no subitem 8.4.1.
- 8.4.3.3. A não regularização da documentação no prazo acima, implicará decadência de direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Estadual n.º 15.608/07, sendo facultado à SEJU convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 8.5. Caso a empresa que apresentou a proposta vencedora não venha a assinar o respectivo contrato e/ou não iniciar os serviços no prazo estabelecido nas Condições gerais de Contratos, a SEJU convocará, pela ordem de classificação, as outras empresas, de acordo com a legislação vigente, para serem adjudicatárias do objeto, ou procederá nova Licitação.
- 8.5.1. Incidindo a empresa vencedora na hipótese estabelecida no item acima, a mesma estará sujeita às penalidades previstas na Lei Estadual n.º 15.608/07, artigo 154, inciso I.

CAPÍTULO IX

9. PROCEDIMENTOS GERAIS DO CONTRATO

Palácio das Araucárias - Rua Jacy Loureiro de Campos - 2º Andar – Centro Cívico – CEP.80.530-140 – Curitiba- PR, Fone: (41) 3221 –7203 - Fax: (41)3353-4121 – E-mail: licitacaoseju@seju.pr.gov.br



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.656.279-0
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/12

9.1. A ordem de serviço deverá ser assinada pelo participante vencedor do certame, no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis, contados da data de sua convocação para assinatura.

9.2. No ato da assinatura, a contratada fica obrigada a apresentar:

9.2.1. Comprovação das condições de habilitação do Edital, as quais deverão ser mantidas durante a vigência do contrato.

9.2.2. A certidão de registro com visto do CREA-PR e/ou CAU-PR, de acordo com o regulamento do respectivo conselho de classe, da Lei 5.194/66, da Lei 12.378/2010, ou na respectiva entidade referente ao título.

9.3. Os serviços licitados serão liberados para execução mediante Ordem de Serviço – OS, subordinando-se às condições estabelecidas no contrato a ser firmado entre a empresa vencedora e a SEJU, devendo a referida OS ser assinada pelo representante legal da Contratada.

9.4. PAGAMENTO

Os pagamentos dos serviços executados serão de incumbência da SEJU, observado o disposto nas Condições Gerais de Contratos - CGC n° 08 (Resolução n° 032/2011, de 10 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial do Estado n° 8572 de 19 de outubro de 2011).

9.5. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.5.1. A Contratada prestará, a título de garantia de execução contratual, o correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, observado as Condições Gerais de Contratos – CGC n° 09 (Resolução n° 032/2011, de 10 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial do Estado n° 8572 de 19 de outubro de 2011).

Quando a garantia se processar sob a forma de Seguro Garantia ou Fiança Bancária, a mesma não poderá ser prestada de forma proporcional ao período contratual, devendo sua validade ser de 180 (cento e oitenta) dias além do prazo de execução dos serviços. Caso ocorra prorrogação do contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada.

9.6. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATO

9.6.1. O presente Contrato será regido pela Lei n.º 15.608/07, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2007, normas gerais da Lei Federal n° 8666/93, e pelas Condições Gerais de Contratos aprovadas pela Resolução n° 032/2011, de 10 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial do Estado n° 8572 de 19 de outubro de 2011.

9.6.2. As Condições Gerais de Contratos, constituem parte integrante e indissociável deste Edital, independentemente de transcrição ou de qualquer outra formalidade, regendo-se esta licitação e todos os atos conexos pelas normas ali enunciadas.

9.6.3. O presente Edital, com todos os seus anexos, serão parte integrante do contrato a ser firmado entre a SEJU e a empresa vencedora da licitação.

9.6.4. As Condições Gerais de Contratos, disciplinam sobre os objetivos das próprias Condições Gerais de Contratos, os conceitos básicos, os regimes de execução, os elementos técnicos instrutores, os controles de execução, a qualidade e rendimento,



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.656.279-0
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/12

do preço, os pagamentos, as garantias, os prazos, a responsabilidade técnica, a segurança do trabalho, a execução, as alterações contratuais, a inexecução, rescisão e penalidades, o recebimento, a avaliação de desempenho e os recursos administrativos.

- 9.6.5. Em caso de recusa em assinar o contrato, a SEJU executará a Garantia de Manutenção de Proposta de Preços.
- 9.6.6. Após encerramento do processo administrativo, a importância devida correspondente à aplicação de multa deverá ser recolhida junto à Contratante em até 5 dias úteis a partir da sua intimação, ou será descontada da Garantia de Execução do Contrato ou quando do pagamento da fatura mensal.
- 9.6.7. Os projetos especificados ao encargo integral da contratada, desde que aceitos pela SEJU passarão à propriedade do Estado do Paraná, para plena e irrestrita utilização pela Administração Pública, a qualquer tempo, incluindo eventuais modificações, adaptações e outros; a contratada cederá os direitos patrimoniais dos projetos a serem contratados, os quais poderão ser plenamente utilizados pela Administração.

9.7. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.7.1. A Contratada ficará sujeita, em caso de inadimplemento de suas obrigações, às penalidades previstas no artigo 150 da Lei Estadual n.º 15.608/07 e nas Condições Gerais de Contratos (Resolução n.º 032/2011, de 10 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 8572 de 19 de outubro de 2011).

9.8. RESCISÃO

- 9.8.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na legislação vigente, nas Condições Gerais de Contratos e nas demais normas da SEJU.
- 9.8.2. Poderão ser motivos de rescisão contratual as hipóteses elencadas no artigo 129 da Lei Estadual n.º 15.608/07 e nas Condições Gerais de Contratos (Resolução n.º 032/2011, de 10 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 8572 de 19 de outubro de 2011).
- 9.8.3. A rescisão poderá ser de forma unilateral, amigável ou judicial nos termos e condições previstas no artigo 130 da Lei Estadual n.º 15.608/07 e na CGC n.º 15, seus itens e subitens das Condições Gerais de Contratos (Resolução n.º 032/2011, de 10 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 8572 de 19 de outubro de 2011).

CAPÍTULO X

10. REAJUSTE DE PREÇOS

- 10.1. Os preços contratuais dos serviços e obras poderão ser reajustados, em Reais, de acordo com os artigos 113, 114, 115 e 116 da Lei Estadual n.º 15.608, de 16 de agosto de 2007, as Condições Gerais n.º 07, item 07.04 e 07.05, das Condições Gerais de Contratos (Resolução n.º 032/2011, de 10 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 8572 de 19 de outubro de 2011).



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.656.279-0
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/12

- 10.2. O reajustamento de preços, quando e se for o caso, será efetuado na periodicidade prevista em Lei Nacional, considerando-se a variação ocorrida desde a data da apresentação da proposta, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido nas Condições Gerais de Contratos.
- 10.3. Tal procedimento será admitido se o prazo de execução inicial for inferior a 12 (doze) meses, e após prorrogação, o prazo de execução do objeto do ajuste superar os 12 (doze) meses, em atendimento aos termos do art. 2º da Lei nº. 10.192/2001. Não se admitirá, nenhum encargo financeiro, como juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

CAPÍTULO XI

11. FORO

- 11.1. O foro para as questões oriundas da presente Licitação é o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Curitiba, __ de _____ de 2012.

AUTORIDADE SUPERIOR DO ÓRGÃO COMPETENTE LICITANTE _____



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.656.279-0
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/12

12. MINUTA DE CONTRATO

A SEJU _____, com sede e foro na Capital do Estado do Paraná, sita à Rua _____, n° _____, Paraná, CNPJ N° _____, celebra o presente Contrato Administrativo com a empresa _____, localizada à Rua _____, no Município de _____, CEP. _____, Fone (____) _____, Fax (____) _____, CNPJ n.º _____, para a execução do contido na Clausula Primeira.

O presente Contrato será regido pela Lei n.º 15.608/07, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, publicada em 23 de março de 2007, normas gerais da Lei Federal n° 8666/93 e pelas Condições Gerais de Contratos aprovadas pela Resolução n° 032/2011, de 10 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial do Estado n° 8572 de 19 de outubro de 2011, e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato _____

Obs:

- Os projetos deverão atender o seguinte:

- Serviços a serem elaborados:

- Observações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor global do presente Contrato é de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA

O prazo de execução dos serviços objeto deste Contrato será de _____ (_____) dias corridos e a vigência será de _____ (_____) dias corridos, ambos contados a partir da data de aceite da Ordem de Serviço.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

O pagamento dos serviços será efetuado pela SEJU _____, sita à Rua _____, n° _____, Curitiba, Paraná, CNPJ N° _____, observada a Cláusula Sétima – Das Condições Gerais de Contratos do Contratos Administrativo, conforme a seguir:

- a) _____,00% (_____ por cento) do valor global contratual _____;
- b) _____,00% (_____ por cento) do valor global contratual _____;
- c) _____,00% (_____ por cento) do valor global contratual após _____.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECURSO

O recurso financeiro para atendimento ao disposto na Cláusula Primeira será através Empenho n° _____, Dotação Orçamentária _____, Projeto Atividade _____, Natureza da Despesa _____, Fonte _____ – SEJU, datado de ____/____/2012.

CLÁUSULA SEXTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução do presente Contrato será o de por preço _____
Parágrafo Primeiro - Os preços contratuais dos serviços e obras poderão ser reajustados, em Reais, de acordo com os artigos 113, 114, 115 e 116 da Lei Estadual n° 15.608, de 16 de agosto de 2007, as Condições Gerais n° 07, item 07.04 e 07.05, das Condições Gerais de Contratos (Resolução n° 032/2011, de 10 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial do Estado n° 8572 de 19 de outubro de 2011).



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO Nº 11.656.279-0
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/12

Parágrafo Segundo - O reajustamento de preços, quando e se for o caso, será efetuado na periodicidade prevista em Lei Nacional, considerando-se a variação ocorrida desde a data da apresentação da proposta, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido nas Condições Gerais de Contratos.

Parágrafo Terceiro - Tal procedimento será admitido se o prazo de execução inicial for inferior a 12 (doze) meses, e após prorrogação, o prazo de execução do objeto do ajuste superar os 12 (doze) meses, em atendimento aos termos do art. 2º da Lei nº. 10.192/2001. Não se admitirá, nenhum encargo financeiro, como juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO

As Condições Gerais de Contratos, constituem parte integrante e indissociável deste contrato, independentemente de transcrição ou de qualquer outra formalidade, regendo-se esta licitação e todos os atos conexos pelas normas ali enunciadas.

Parágrafo Primeiro – O Edital nº ____/2012 - ____ (protocolo nº _____) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, serão parte integrante do contrato.

Parágrafo Segundo - A Contratada prestará, a título de garantia de execução contratual, o correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, observado as Condições Gerais de Contratos – CGC nº 09 (Resolução nº 032/2011, de 10 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial do Estado nº 8572 de 19 de outubro de 2011).

Quando a garantia se processar sob a forma de Seguro Garantia ou Fiança Bancária, a mesma não poderá ser prestada de forma proporcional ao período contratual, devendo sua validade ser de 180 (cento e oitenta) dias além do prazo de execução dos serviços. Caso ocorra prorrogação do contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada.

Parágrafo Terceiro - As Condições Gerais de Contratos, disciplinam sobre os objetivos das próprias Condições Gerais de Contratos, os conceitos básicos, os regimes de execução, os elementos técnicos instrutores, os controles de execução, a qualidade e rendimento, do preço, os pagamentos, as garantias, os prazos, a responsabilidade técnica, as segurança do trabalho, a execução, as alterações contratuais, a inexecução, rescisão e penalidades, o recebimento, a avaliação de desempenho e os recursos administrativos.

Parágrafo Quarto - Os projetos especificados ao encargo integral da contratada, desde que aceitos pela SEJU passarão à propriedade do Estado do Paraná, para plena e irrestrita utilização pela Administração Pública, a qualquer tempo, incluindo eventuais modificações, adaptações e outros; a contratada cederá os direitos patrimoniais dos projetos a serem contratados, os quais poderão ser plenamente utilizados pela Administração.

CLAUSULA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias originadas das obrigações reciprocamente assumidas neste contrato.

E, por assim haverem justo e contratado, é o presente assinado pelos representantes legais das partes contratantes.

_____, ____ de _____ de 2012.

AUTORIDADE SUPERIOR DO ÓRGÃO COMPETENTE LICITANTE

- C.P.F.:

DIRETOR E/OU REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA.

- ENGº CIVIL - CREA/PR Nº E/OU ARQUITETO – CAU/PR Nº
RESPONSÁVEL TÉCNICO DA CONTRATADA.



**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.656.279-0
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/12**

ORDEM DE SERVIÇO N.º _____ / 2012 - SEJU

EDITAL.....:

OBJETO.....:

PRAZO CONTRATUAL.....: ____ (_____) dias corridos.

VALOR CONTRATUAL.....: R\$

GERENTE DE OBRAS E SERVIÇOS.....:

EMPRESA.....:

PROJETO/ATIVIDADE.....:

Pela presente Ordem de Serviço, fica autorizada a empresa ao início dos trabalhos objeto do Contrato n.º _____, assinado em _____ de _____ de 2012.

O Prazo Contratual, de acordo com a Cláusula Terceira do Contrato acima referido, deverá ser contado a partir de _____ de _____ de 2012.

Curitiba, _____ de _____ de 2012.

Secretária

- C.P.F.:
DIRETOR E/OU REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA



**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.656.279-0
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/12**

13. MODELOS

MODELO N.º 01

INDICAÇÃO DO REPRESENTANTE

CONCORRÊNCIA N° ____/2012 - ____

LICITANTE
LOCAL E DATA

OBJETO:

Pela presente, fica designado o Sr(a). _____, portador(a) do R.G. n.º _____ e do CPF n.º _____ a representar a empresa _____, inscrita no CNPJ n.º _____, na licitação supra mencionada.

Outorgamos poderes para praticar todos os atos necessários, inclusive acordar, renunciar, discordar transigir, sanear eventuais falhas nos termos do Edital, receber a devolução dos documentos e compromete-se a zelar pelo gerenciamento e manutenção do registro do endereço, conforme artigo 32, parágrafo 1º, inciso III da Lei Estadual n.º 15.608/07.

Atenciosamente,

Nome do Responsável Legal pela Licitante:

Assinatura do Responsável Legal pela Licitante:
Firma reconhecida conforme subitem 6.1, alínea “a”

Endereço e telefone para contato:



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.656.279-0
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/12
MODELO N° 02

CARTA-PROPOSTA

CONCORRÊNCIA N° ____/2012 - ____ LOTE _____

À
SEJU
OBJETO:

A empresa _____ com sede na cidade de _____ à _____ N° _____, CEP _____, TELEFONE : _____, com CNPJ/MF _____, propõe a SEJU a execução do objeto da Licitação supra-referenciada, tudo em conformidade com o Edital, Condições Gerais de Contratos, e Elementos Técnicos Instrutores da Licitação.

1. O valor proposto para o lote _____ é de R\$ _____ (_____).
2. O prazo de validade da Proposta será de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da entrega da proposta da licitação.

Se vencedora da licitação, assinará o Contrato Administrativo, na qualidade de representante legal, o (a) Sr. (a) _____ portador (a) do C.P.F. _____ e será responsável técnico pelos serviços o (a) Sr.(a): _____ Título _____ CREA/N° e/ou CAU/N° _____ (indicar o mesmo profissional referido no item 6.7, subitem 6.7.2 [6.7.2.1] da Concorrência)

_____ em _____ de _____ 2012.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
NOME
RG
ASSINATURA
(Firma reconhecida conforme subitem 6.1, alínea "a"):

Obs. Caso haja divergência entre o valor da proposta numérico e o valor por extenso, prevalecerá este último.



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.656.279-0
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/12
MODELO N° 03

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

CONCORRÊNCIA N° ____/2012 - ____

A empresa _____, declara, sob as penalidades da lei, que se enquadra na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, não se incluindo nas situações de que trata o artigo 3º. parágrafo 4º da Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações.

Local e Data

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
NOME
RG
ASSINATURA
(Firma reconhecida conforme subitem 6.1, alínea "a"):



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.656.279-0
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/12

MODELO N.º 04

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO¹
CAPACIDADE OPERACIONAL FINANCEIRA

CONCORRÊNCIA N° ____/2012 - ____

OBJETO:

DECLARAMOS, nos termos do § 5º do art. 31 da Lei Federal 8.666/93 e § 4º do art. 77 da Lei Estadual nº 15.608/07, e sob as penas da lei, que a pessoa jurídica, estabelecida à, por mim legalmente representada, possui os compromissos assumidos abaixo que importam diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação:

DEMONSTRAÇÕES:

CÁLCULO DO SALDO CONTRATUAL (SC):

Item	Nº do Contrato	Obra ou Serviços	Valor do Compromisso	Valor Já Faturado	Contratante
1					
.					
2					
.					
3					
.					
4					
.					
5					
.					
6					
.					
7					
.					
8					
.					

¹ Em papel timbrado da Licitante.

A Declaração deverá ser assinada pelo representante do licitante com poderes para tanto, devendo ser apresentado o instrumento de procuração caso não seja um dos sócios.

A não apresentação desta Declaração implicará na imediata desclassificação da Licitante.

A tabela poderá ser ampliada para a declaração de outros compromissos acima de 10 (dez).



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.656.279-0
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/12

9					
1					
0					
.					
Σ					

ΣValor do compromisso =

ΣValor já faturado =

sc = ΣValor do compromisso - ΣValor já faturado =

SC = Saldo Contratual conforme Anexo → SC = ΣValor do compromisso - ΣValor já faturado, isto é, a diferença entre a somatória dos compromissos e a somatória dos valores já faturados referentes aos compromissos.

CÁLCULO DO ILC, do GE e do ILG

VALORES ÍNDICE

1A) ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ILC)

$$I_{LC} = \frac{AC}{PC} = \frac{\quad}{\quad} = \text{$$

B) GRAU DE ENDIVIDAMENTO (GE)

$$GE = \frac{ET}{AT} = \frac{\quad}{\quad} = \text{$$

C) ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG)

$$I_{LG} = \frac{AC + RL}{PC + EL} = \frac{\quad}{\quad} = \text{$$

VP = Valor Patrimonial = $\frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Capital Social}}$

CÁLCULO DO K5, K6 , K7 e Kf

CAPACIDADE			ÍNDICE (1)	PESO (2)	PONTOS (1) x (2)	Kf
I L CORRENTE - IL . C				30		K.5 = <input type="text"/>
I L GERAL - IL . G				50		K.6 = <input type="text"/>
VALOR PATRIMONIAL - V . P				20		K.7 = <input type="text"/>
INTERVALO PONTOS IL. C	K.5	INTERVALO PONTOS IL. G	K.6	INTERVALO PONTOS V. P.	K.7	
15,0 A 29,9	1,2	25,0 A 49,9	2,0	10,0 A 19,9	0,8	
30,0 A 35,9	1,5	50,0 A 59,9	2,5	20,0 A 23,9	1,0	



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.656.279-0
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/12

36,0	A	38,9	1,8	60,0	A	64,9	3,0	24,0	A	25,9	1,2
39,0	A	50,9	2,1	65,0	A	84,9	3,5	26,0	A	33,9	1,4
SUP.	A	51,0	2,4	SUP.	A	85,0	4,0	SUP.	A	34,0	1,6

K_f = Coeficiente Financeiro
 $K_f = K_5 + K_6 + K_7$,

$$D = 1,25 \times K_f \times PL - SC$$

Onde:

D = Disponibilidade Financeira Operacional

PL = Patrimônio Líquido

SC = Saldo Contratual conforme Modelo Anexo $\rightarrow SC = \sum \text{Valor do compromisso} - \sum \text{Valor já faturado}$, isto é, a diferença entre a somatória dos compromissos e a somatória dos valores já faturados referentes aos compromissos.

O Representante Legal e o Contador, infra assinados, declaram que as demonstrações abaixo correspondem à real situação financeira da _____

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

REPRESENTANTE LEGAL

Nome

N° de registro perante o órgão de classe (se for o caso).

CONTADOR

Nome

N° de registro perante o CRC

Obs.:deverá ser anexado o Balanço do último Exercício Social Exigível



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.656.279-0
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/12
MODELO N.º 05

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS

CONCORRÊNCIA N° ____/2012 - ____

O Signatário da presente, _____
Carteira de Identidade N° _____, representante legal, em nome da empresa
_____, declara:

11. concordar, na íntegra, com os termos do Edital de Licitação e com todos documentos dele componentes;
22. que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pela SEJU quanto à sua habilitação;
33. que não existe, no presente momento, pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial em nome desta empresa e que a mesma se submete à automática inabilitação, caso tal venha a ocorrer durante o processo de Licitação;
44. sob as penalidades cabíveis, a não superveniência de fato impeditivo da habilitação;
55. que a empresa é idônea e atende a todos os pré-requisitos do Edital e às demais exigências contidas na Lei Estadual n.º 15.608/07;
66. que não se enquadra nas hipóteses previstas no artigo 16 da Lei Estadual n.º 15.608/07, atendendo às condições de participação do Edital e legislação vigente;
77. que assume total responsabilidade pelas informações prestadas e, em qualquer tempo, exime a ora Contratante de qualquer ônus civil e penal que lhe possa acarretar;
88. que fará prova de todas as informações ora declaradas, quando necessário ou solicitado e que se compromete a apresentar a documentação original, quando a mesma for solicitada pela Comissão de Licitação, no prazo que a mesma estipular;
99. que compromete-se a apresentar, quando da assinatura do contrato, a certidão de registro com visto do CREA-PR e/ou do CAU-PR, se não for registrada no Paraná e se for vencedora da presente licitação e que, após 180 dias do início do contrato, efetuará o seu registro no referido Conselho.
10. que para fins do disposto no inciso V do art. 73 da Lei n° 15.608/07 e inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Observação: Caso empregue menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz deverá fazer a ressalva.

LOCAL e DATA
(Nome e assinatura do Responsável legal pela LICITANTE)



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.656.279-0
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/12



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
DEPARTAMENTO DE EXECUÇÃO PENAL
DIVISÃO DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

PREÇO MÁXIMO - PROJETO IMPLANTAÇÃO ESTRUTURAL

ANEXO 01
QUADRO RESUMO

DATA: SETEMBRO/2012

ORDEM	MUNICÍPIO	UNIDADE	SERVIÇO	ÁREA A SER CONSTRUÍDA (M²)	CUSTO TOTAL
CONSTRUÇÕES					
1	CAMPO MOURÃO	CADEIA PÚBLICA DE CAMPO MOURÃO	PROJETO DE IMPLANTAÇÃO ESTRUTURAL	9.644,49	R\$ 18.401,52
2	FOZ DO IGUAÇU	CADEIA PÚBLICA DE FOZ DO IGUAÇU	PROJETO DE IMPLANTAÇÃO ESTRUTURAL	9.535,63	R\$ 18.401,52
3	LONDRINA	CADEIA PÚBLICA DE LONDRINA	PROJETO DE IMPLANTAÇÃO ESTRUTURAL	8.985,51	R\$ 15.899,38
AMPLIAÇÕES					
4	LONDRINA	CASA DE CUSTÓDIA DE LONDRINA	PROJETO DE IMPLANTAÇÃO ESTRUTURAL	2.392,24	R\$ 4.532,90
5	CASCADEL	PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL DE CASCADEL	PROJETO DE IMPLANTAÇÃO ESTRUTURAL	4.268,33	R\$ 8.019,02
6	FOZ DO IGUAÇU	PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FOZ DO IGUAÇU	PROJETO DE IMPLANTAÇÃO ESTRUTURAL	4.937,96	R\$ 10.403,59
7	MARINGÁ	PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE MARINGÁ	PROJETO DE IMPLANTAÇÃO ESTRUTURAL	4.884,92	R\$ 8.163,72
8	PIRAQUARA	PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PIRAQUARA	PROJETO DE IMPLANTAÇÃO ESTRUTURAL	5.094,30	R\$ 10.403,59
9	PIRAQUARA	PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PIRAQUARA II	PROJETO DE IMPLANTAÇÃO ESTRUTURAL	4.910,70	R\$ 10.403,59
10	PONTA GROSSA	PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PONTA GROSSA	PROJETO DE IMPLANTAÇÃO ESTRUTURAL	3.959,71	R\$ 8.163,72
11	PIRAQUARA	PENITENCIÁRIA FEMININA DO PARANÁ	PROJETO DE IMPLANTAÇÃO ESTRUTURAL	4.304,48	R\$ 9.001,66

PREÇO MÁXIMO TOTAL R\$ 121.794,21

Cada número corresponde a um Lote.